

14 de Junho de 2023



**ORGANIZAÇÕES HUMANITÁRIAS A SUL
E TOTALENERGIES A NORDESTE:
OPÇÕES DOS DESLOCADOS INTERNOS NUM CONTEXTO
DE ESTADO FRÁGIL¹**

João Feijó, Jerry Maquenzi e Neuza Balane

RESUMO

O presente texto tem como objectivo descrever a situação humanitária e dos deslocados internos na província de Cabo Delgado. Demonstra-se uma excessiva concentração dos actores humanitários no Sul da província, e, no Norte, amplamente destruído, a ausência do Estado e das Organizações Não-Governamentais é colmatado pela TotalEnergies. Entre os dois territórios constituiu-se um anel de circulação dos insurgentes que, não obstante mais fragilizados, continuam a ameaçar a circulação para o Nordeste da província, afectando a economia da região.

Num cenário em que se perspectiva o regresso do grande investimento do gás, não se vislumbra a melhoria de serviços públicos, iniciativas de protecção da juventude, local face à concorrência no mercado de trabalho, de reconhecimento dos grupos etnolinguísticos da costa, de abertura dos canais de participação e de acesso à justiça, ou de reforço do Estado de Direito. É expectável que a migração de quadros qualificados para a região aumente a diferenciação social e a inflação de bens e serviços essenciais, com consequências sobre os mais pobres. A história recente permite prever a repetição de paralisações laborais, motins e resistências diversas, com potencial de mobilização de franjas sociais para comportamentos violentos.

INTRODUÇÃO

O presente texto tem como objectivo descrever a situação humanitária na província de Cabo Delgado, distinguindo o cenário da zona Nordeste (Palma e Mocimboa da Praia), do Sul da província. Trata-se de analisar os movimentos populacionais, acesso a serviços públicos, realização de actividades económicas, ajuda humanitária, assim como a recomposição do tecido social e de exercício da cidadania. As constatações resultam da aplicação de 600 questionários a famílias afectadas pelo conflito nos distritos de Palma, Mocimboa da Praia, Metuge, Montepuez e Chiúre (ver Quadro 1), ao longo dos meses de Abril e Maio de 2023, complementados com a realização de entrevistas a deslocados, técnicos de organizações não-governamentais, funcionários públicos e do sector privado, assim como extensa observação no terreno.

¹ Um especial agradecimento para a VAMAZ Team, ao assistente de pesquisa Hermínio Paiva André, mas também a Abudo Gafuro, Anchinha Abdul, Belmiro Yahaia e Sandra Jatila. A pesquisa no distrito de Palma contou com o apoio logístico da TotalEnergies.

Quadro 1:
Descrição do número total de inquiridos, por distrito

Local	Posto administrativo	Distrito	Inquiridos
Chimoio	Mirate	Montepuez	60
Mapupulo	Mapupulo		60
Ntokota	Mieze	Metuge	60
25 de Junho	Metuge Sede		60
Katapua	Katapua	Chiúre	70
Maningane	Chiúre Sede		50
Bairro Milamba		Município de Mocímboa da Praia	60
Bairro 30 de Junho			60
Monjane	Olumbi	Palma	60
Quirindi	Quionga		60
TOTAL			600

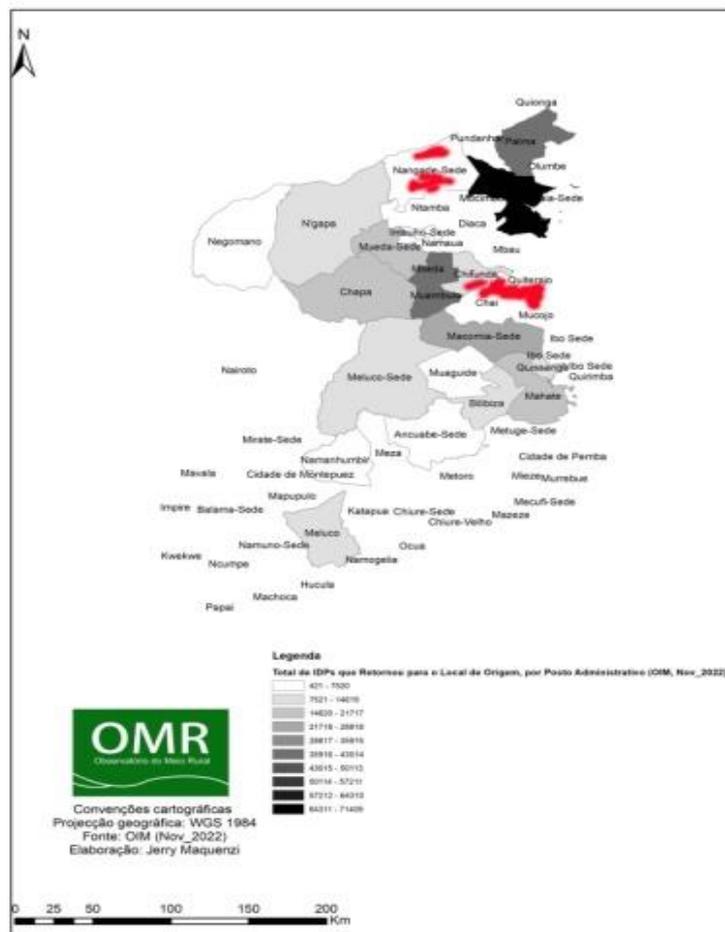
1. CONDIÇÕES DE SEGURANÇA E MOVIMENTOS POPULACIONAIS

Na região Nordeste de Cabo Delgado consolida-se uma situação de menor insegurança. De Palma para Quionga, Pundanmar, Olumbi ou Mocímboa da Praia circula-se com tranquilidade e não existem relatos de incidentes. Não obstante, todos os quadros da TotalEnergies circulam com escolta militar. O crescimento populacional em Mocímboa da Praia traduziu-se num aumento do anonimato, mas também da circulação das populações e de motorizadas, inclusivamente pela noite adentro e para fora do município. A crescente descontração é interpretada como indisciplina, gerando um crescente número de reuniões de alerta, conduzidas pelas forças de defesa e segurança, com apelos à vigilância, incluindo ameaças de recolher obrigatório. Se, até 2021, era evidente uma grande desconfiança dos militares em relação à população, a retirada do grupo de rebeldes do terreno foi responsável por um relaxamento da relação.

As tropas ruandesas continuam a ser o principal recurso a que a população acede em casos de incidentes com militares, documentados pela imprensa (Redacção, 10.04.2023). As tropas ruandesas distribuíram contactos telefónicos aos populares, a que recorrem em qualquer situação de conflito, seguindo-se a pronta chegada das tropas estrangeiras. Num cenário de inexistência de Procuradoria-Geral da República, Polícia de Investigação Criminal, Instituto do Patrocínio e Assistência Jurídica (IPAJ) ou de tribunais, os ruandeses e alguns técnicos da TotalEnergies procuram preencher o vazio de funções de Estado. A protecção ruandesa contribuiu para um aumento de fenómenos de desobediência ou irreverência para com a polícia moçambicana acompanhado de crescente relutância dos ruandeses em envolver-se em assuntos internos.

Em torno dos distritos de Mocímboa da Praia e de Palma forma-se um anel instável (assinalado a vermelho no mapa 1), que inicia na costa de Macomia e se prolonga ao longo da bacia do rio Messalo pelo posto administrativo de Chai, passando pelas baixas de Muidumbe até ao distrito de Nangade. Não obstante a menor frequência de ataques e relatos de boa convivência com a população (nas zonas da costa), a situação permanece insegura, ameaçando o acesso rodoviário para a zona Nordeste da província.

Mapa 1: Total de Deslocados Internos que regressou para o local de origem, por posto administrativo e zonas de ataques ao longo do primeiro semestre de 2023 (Nov/ 2022)



Fonte: IOM (Novembro de 2022)

A segurança e a estimativa de retorno da TotalEnergies desencadeia movimentos de regresso das populações para o Nordeste de Cabo Delgado. Ao longo do mês de Abril, os dados sobre os movimentos de deslocados recolhidos pela OIM (11.04.2023) continuam a reportar movimentos populacionais oriundos de Mueda, Montepuez, Metuge e Pemba para Mocímboa da Praia. Em Palma, estima-se que o número de indivíduos tenha ultrapassado o total de residentes antes do conflito, pelo que, ao fluxo de retornados, acrescem vagas migratórias em busca de emprego. Os movimentos populacionais foram, sobretudo, financiados pelas próprias populações. Cerca de dois terços (64,7%) dos inquiridos no município de Mocímboa da Praia suportaram as despesas com capitais próprios, sendo que 30,4% foram apoiados por familiares. Muitos alegam que venderam alimentos (cultivados pelos próprios ou oriundos da ajuda humanitária), entre outras posses que haviam adquirido no Sul da província (gado, painéis solares, ou mesmo residências construídas nos centros de deslocados), para financiar o regresso.

No distrito de Muidumbe, apesar de algumas pessoas terem regressado a Miangalewa, a situação permanece insegura. Muitos indivíduos permanecem deslocados na zona alta do distrito ou em Mueda, residindo em casas emprestadas ou arrendando residências, particularmente de antigos combatentes.

Alguns pescadores arriscam o regresso à costa de Macomia, de forma temporária ou permanente. Os regressados reportam encontros pontuais com insurgentes armados que, numa tentativa de reconquista da confiança da população, adquirem bens de consumo a preços generosos, distribuem valores monetários pelos mais desfavorecidos e rezam com a população. Os relatos dão conta da inoperância das forças de defesa e segurança (Carta, 08.06.2023).

O regresso para o Norte de Cabo Delgado traduz-se num aumento de casas desocupadas em vários centros de deslocados na zona Sul da província, particularmente em Mapupulo e Mirate, no distrito de Montepuez, e em Katapua ou Meculane, no distrito de Chiúre. Não obstante estes movimentos de regresso, persistem famílias de deslocadas oriundas de Ancuabe, de Nairoto e de Mecúfi, em resultado de ataques verificados ao longo do ano de 2022. O início de distribuição alimentar em Quissanga acelerou os movimentos de regresso da população deslocada de Metuge para o distrito vizinho.

Continuam a circular histórias de familiares de líderes das comunidades anfitriãs registados como deslocados, a quem foram, inclusivamente, atribuídos talhões nos centros de reassentamento. No distrito de Chiúre, algumas casas desocupadas foram arrendadas pelos chefes dos centros de reassentamento a indivíduos oriundos da vila sede distrital, geralmente activistas sociais de projectos promovidos por ONGs ou técnicos de empresas que realizam obras públicas no terreno. Noutros locais, as casas abandonadas foram ocupadas por deslocados oriundos de Nairoto e Ancuabe (que se refugiaram em Mirate, no distrito de Montepuez) ou do Sudoeste de Mecúfi (que se deslocaram para Mize) distrito de Metuge.

Não obstante a equipa de pesquisa ter observado um aumento do número de casas desocupadas (nomeadamente nos centros de Chimoio, 25 de Junho e, sobretudo, em Katapua e Ntele), os dados oficiais não reportam variações significativas no número de deslocados, registando, em alguns casos, aumentos populacionais (em Chimoio) Esta contradição levanta duas hipóteses. Por um lado, pode ser justificada pela reduzida motivação das chefias locais para actualização dos números oficiais, num cenário de diminuição da ajuda alimentar. Em segundo lugar, de manipulação de contagem por parte das chefias locais, inflacionando o número de deslocados para benefício próprio, perante a impotência das Organizações das Nações Unidas para realização de verificação.

Quadro 2:

Varição do número total de deslocados, por centro de reassentamento, em 2022 e 2023

Distrito	Posto administrativo	Centro de reassentamento	Novembro 2022	Mai 2023	Varição
Montepuez	Mapupulo	Ntele	21262	17544	-17,5%
		Namputo	6616	5152	-22,1%
		Momane	2680	2747	2,5%
		Expansão	1026	1026	0,0%
	Mirate	Chimoio	2022	4218	108,6%
Metuge	Metuge sede	25 de Junho	14842	14842	0,0%
	Mize	Ntocota	9680	9680	0,0%
Chiúre	Katapua	Katapua	3370	1795	-46,7%
	Chiúre Sede	Maningane	5544	5839	5,3%

Fonte: IOM

Noutros centros de reassentamento assiste-se à permanência de muitos deslocados, nomeadamente em Maningane (distrito de Chiúre), Ntokota (no distrito de Metuge), não obstante este último centro continuar a ser um dos centros mais precários (foto 1). Os motivos para a permanência no Sul da província são heterogéneos.

Um primeiro conjunto de motivos está relacionado com a insegurança. Em Maningane (em Chiúre Sede), muitas das pessoas que permanecem são maioritariamente oriundas de zonas militarmente instáveis, especialmente ao longo da bacia do rio Messalo (os postos administrativos de Mbau, Chai e Chitunda). Outros vivenciaram maiores níveis de violência e permanecem profundamente marcados. Em Metuge, os abusos de autoridade pelas forças de defesa e segurança (sobretudo durante os períodos de atraso de salário) foram apresentados como o principal obstáculo para o regresso, especialmente entre pequenos comerciantes.

Um segundo conjunto de motivos está relacionado com factores económicos. Vários indivíduos deslocados tiveram acesso, nos locais de reassentamento, a áreas de cultivo, ou beneficiaram de apoios externos, tendo sido capazes de reconstituir actividades económicas, que lhes conferem alguma autonomia. No centro de deslocados de Maningane (em Chiúre Sede) constituiu-se um mercado informal, relativamente dinâmico, onde se vende vestuário (não só oriundo das calamidades), cereais e leguminosas (incluindo alguns excedentes e comida do PMA), peixe e alimentos de fabrico caseiro (*mandaze* e bebidas tradicionais), recargas de telefone e serviços financeiros (MPesa e EMola). Outras famílias optaram pela divisão dos seus agregados familiares e constituição de duplas residências (uma parte regressa ao local de origem, enquanto outros permanecem no centro de deslocados, onde tiveram acesso a terras ou têm a expectativa de beneficiar de apoio externo), assim como movimentos circulares, numa clara estratégia de diversificação de acesso a recursos. Trata-se da continuação de estratégias verificadas em anos anteriores (Feijó *et al*, 2022). Estes fenómenos explicam a aparente contradição relacionada com a persistência de muitos deslocados no distrito de Metuge, ao mesmo tempo um regresso massivo ao vizinho distrito de Quissanga.

A diminuição abrupta da assistência alimentar, que se verifica desde finais de 2022, está a ser interpretada como uma forma de pressão governamental para o regresso das populações.

2. AS CONDIÇÕES DE REASSENTAMENTO

a) Características das residências e bens de consumo

A generalidade da população afectada pelo conflito permanece numa situação de grande vulnerabilidade. Cerca de 30 meses após a constituição dos centros de deslocados, as casas permanecem construídas com matope e pau a pique e cobertas por lona ou capim, particularmente vulneráveis a intempéries (foto 1). A maioria dos indivíduos deslocados ou retornados dorme sobre esteiras e não dispõe de mobiliário ou utensílios de cozinha. Um reduzido número de inquiridos dispõe de cadeiras (26,1%), rádio (11,5%), painel solar (14,6%) ou bicicleta (7,7%), sendo que cerca de metade (55,8%) detêm um telefone.

No Nordeste da Província, particularmente em Mocímboa da Praia, muitos retornados encontraram as suas casas pilhadas, parcial ou fortemente danificadas (foto 2), pelo que muitos recorreram a casas emprestadas de familiares ou conhecidos. Muitos deslocados oriundos do litoral de Macomia, Sul de Mocímboa da Praia ou baixas de Muidumbe não regressam ao seu

local de origem, mas deslocam-se para zonas mais próximas desse local, residindo em casas emprestadas ou abrigos provisórios, aguardando por notícias de melhoria da segurança.

<p>Foto 1: Centro temporário 25 de Junho em Metuge Sede, em dia de chuva (Abr/23)</p>	<p>Foto 2: Casa destruída no bairro Milamba, Município de Mocímboa da Praia (Abr/23)</p>
	
<p>Foto: Jerry Maquenzi</p>	<p>Foto: Latifa</p>

No sul da província, a partida dos deslocados diminuiu a pressão pelo acesso a água. Em vários centros de deslocados, o investimento em furos de água garante o acesso a água protegida a grande parte da população, nomeadamente em Katapua, distrito de Chiúre (98,7%), ou Mapupulo, distrito de Montepuez (98,3%). Mas a situação agravou-se em Chimoio (no posto administrativo de Mirate, Montepuez), onde mais de 85% da população deslocada recorre a poços tradicionais e água do rio Montepuez. No distrito de Montepuez, populações anfitriãs criam obstáculos aos deslocados a utilizarem os furos de água existentes. Os motivos que apresentam relacionam-se com o aumento da pressão pelo acesso a água e a terrenos agrícolas, assim como o facto de não beneficiarem de apoio alimentar.

Ao nível de saneamento, não obstante os esforços dos agentes humanitários, mais de metade da população inquirida (52,4%) continua a recorrer a latrinas não-melhoradas. Trata-se da realidade predominante nos centros de deslocados 25 de Junho (85%), em Metuge Sede, ou de Maningane (73,3%), em Chiúre Sede. No centro de deslocados 25 de Junho vários inquiridos revelaram insatisfação em relação às condições de higiene existentes nas latrinas públicas, considerando-as responsáveis por doenças diarreicas. No litoral Norte da província, grande parte da população continua a recorrer ao mar ou ao mato, neste caso em Quirindi (77,6%), posto administrativo de Quionga, distrito de Palma, bairro Milamba (43,3%), no município de Mocímboa da Praia, e em Monjane (38,6%), Olumbi, distrito de Palma.

3. ACTIVIDADES ECONÓMICAS

a) Condições de acesso à produção agrícola, pesca e pecuária

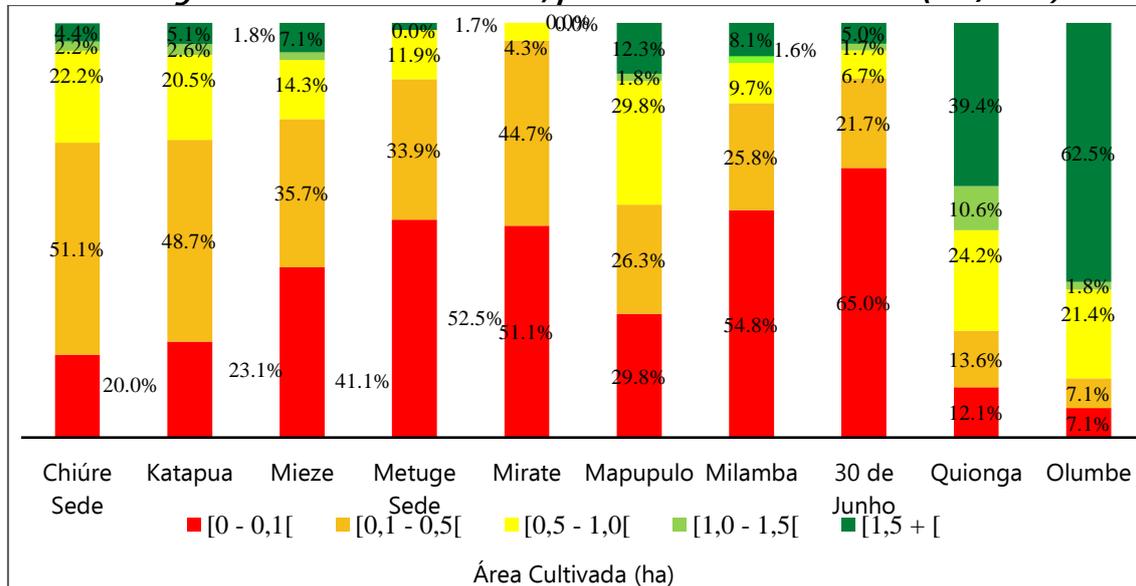
À semelhança dos anos anteriores (Feijó *et al.*, 2022), no Sul da província, as populações continuam a ter dificuldades de acesso a terrenos agrícolas, sendo que a esmagadora maioria cultiva áreas inferiores a um hectare e está vulnerável em termos de segurança alimentar. A situação é mais grave no centro de deslocados de Chimoio (em Mirate, posto administrativo de

Montepuez) e no centro 25 de Junho (em Metuge Sede), onde mais de metade dos inquiridos não tem acesso a terrenos agrícolas (ver gráfico 1). Nos centros de deslocados mais densificados, a agricultura continua a ser realizada em pequenos canteiros, em torno dos abrigos improvisados (ver foto 1).

A saída dos deslocados que regressam às suas zonas de origem não aliviou a pressão por terrenos, persistindo relatos de exigência de valores monetários pelos anfitriões para utilização de áreas agrícolas, pressões para devolução de terrenos e de longas distâncias para acesso a áreas disponíveis. Persiste um tímido mercado de arrendamento de terras, suportado, sobretudo, por funcionários públicos e pensionistas. A exploração de um hectare pode custar entre 500 a 1000 meticais por campanha agrícola.

A situação inverte-se no Norte da província, particularmente no distrito de Palma. O regresso das populações às zonas de origem permite o acesso a maiores áreas agrícolas, pelo que mais de metade dos inquiridos no distrito de Palma declarou cultivar áreas superiores a um hectare. Apesar de grande parte da população inquirida no município de Mocímbo da Praia deter áreas agrícolas em zonas afastadas do município, a realidade é que apresentam receio de deslocação. As áreas cultivadas são bastante reduzidas, inclusivamente as cultivadas pela população do bairro 30 de Junho, localizada na zona de expansão do município e maioritariamente maconde. As populações queixam-se da falta de instrumentos (nomeadamente de machados, enxadas ou catanas). No distrito de Palma constatou-se a distribuição de diversos insumos agrícolas por parte de empresas comerciais, financiadas pela TotalEnergies.

Gráfico 1:
Área agrícola cultivada em hectares, por local de reassentamento (Abr/2023)



Camponeses oriundos do posto administrativo de Diaca afirmam-se relutantes a explorar terrenos agrícolas em áreas afastadas das aldeias ou das principais vias de acesso. Não obstante a insegurança, algumas famílias arriscam realizar actividade agrícola nas baixas de Muidumbe, sendo que as forças de defesa e segurança autorizam a realização de agricultura na margem Norte do rio Messalo. Apesar de constituir uma actividade proibida pelas autoridades, existem relatos de jovens locais que arriscam a pesca no lago Nguri durante a noite, às escondidas. No litoral Norte de Mocímbo da Praia assiste-se a uma retoma da actividade pesqueira, ainda que

dificultada pela falta de redes e de embarcações. Verifica-se um aumento de actividades de construção naval.

A produção pecuária mantém-se estagnada, tendo muitos animais sido vendidos para pagamento de viagens de regresso ou para atender a necessidades urgentes. Apenas 12% dos retornados e 8% dos deslocados têm animais, maioritariamente galinhas. Esta situação tem reflexos negativos sobre a dieta alimentar, fontes de rendimento e nível de poupança das famílias. Exceptuando os apoios a aviários, geralmente circunscritos ao perímetro de Afungi, ou iniciativas pontuais de fomento de cabritos, o apoio pecuário é praticamente inexistente.

b) Comércio e outras actividades

No Sul, em virtude da diminuição da população, é perceptível uma redução de actividades económicas em alguns centros de deslocados, por exemplo, de pequenas bancas (nomeadamente em Mapupulo, distrito de Montepuez, e Katapua, distrito de Chiúre), serviços de transporte e outros serviços. Em Palma Sede intensifica-se o comércio em torno da artéria principal, ocupando lugares de estacionamento e condicionando a circulação rodoviária. O reinício do projecto da TotalEnergies, e conseqüente imigração para a região, irá agravar problemas de planificação urbana. Bastante dependente do comércio transfronteiriço, a população do Nordeste da província aguarda com grande expectativa a abertura da fronteira com a Tanzânia em Namoto. Os comerciantes continuam a queixar-se de extorsões abusivas provocadas por agentes das forças de defesa e segurança.

A reconstrução da vila de Mocímboa da Praia despoletou um aumento de pequenos serviços de electricidade, serralharia e carpintaria, sendo que muitos profissionais se deslocaram de Pemba para aquele município. Continua a verificar-se um número muito reduzido de operadores de transporte, pelo menos por comparação com o período anterior ao conflito.

Em Quitunda consolida-se um mercado de arrendamento imobiliário. O aumento de obras em torno de Afungi traduz-se na crescente chegada de trabalhadores oriundos de Palma e de outros distritos, aumentando a procura por alojamento. Muitos moradores constroem dependências nos seus quintais, transfigurando a paisagem da vila. O dinamismo imobiliário permite prever que Quitunda será um bairro fortemente densificado, onde se concentrará a mão-de-obra operária necessária para a Mozambique LNG e trabalhos complementares.

4. A SITUAÇÃO DE SEGURANÇA ALIMENTAR

Devido às restrições orçamentais, o Programa Mundial de Alimentos já vinha reduzindo a distribuição alimentar na província (WFP, 03.2023) desde Abril de 2022, tendo essa tendência aumentado em 2023. De regularidade mensal, a distribuição alimentar reduziu para uma periodicidade trimestral, focando apenas alguns bairros, de forma alternada. A esmagadora maioria dos inquiridos declarou não ter recebido qualquer apoio alimentar ao longo do primeiro quadrimestre de 2023. Em Montepuez, alguns inquiridos declararam ter recebido arroz fortificado (onde são acrescentados outros ingredientes) por parte do PMA, criando insatisfação entre muçulmanos. A insuficiência da ajuda é geradora de discursos de injustiça no processo de distribuição alimentar. No Sul da província persistem acusações de desvios de alimentos para líderes responsáveis pela inscrição dos beneficiários. A redução do número de beneficiários e a

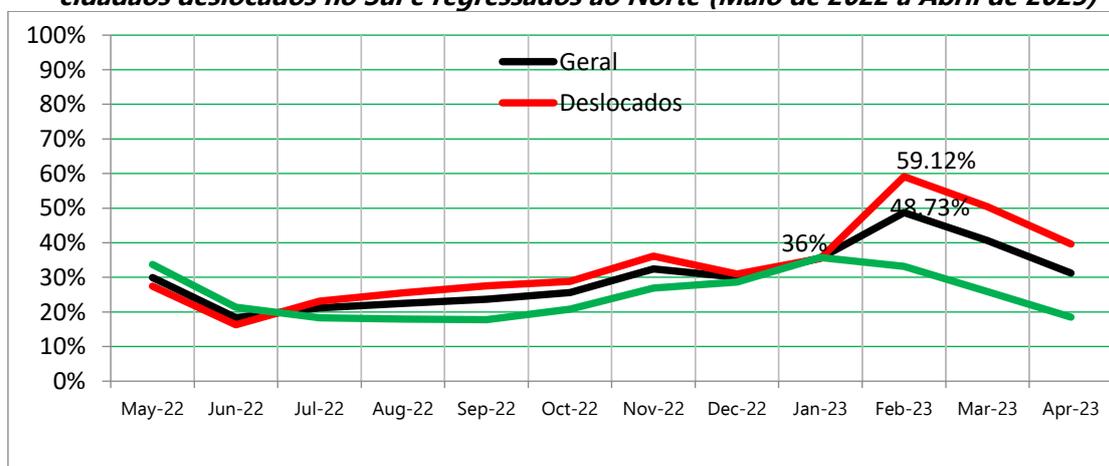
recontagem de deslocados, por parte das organizações das Nações Unidas (ameaçando redes de beneficiários ilegítimos), desencadeia acusações aos técnicos contratados pelo PMA.

No Norte da província constata-se elevados índices de privação alimentar. Apoiadas pela TotalEnergies, algumas organizações da sociedade civil distribuíram alimentos à população regressada no posto administrativo de Pundanhari. A maioria da população inquirida na costa não recebeu qualquer apoio alimentar ao longo do 1º trimestre do ano de 2023. Num cenário de penúria generalizada, entre os entrevistados proliferaram discursos de alegada discriminação entre zonas geográficas, invariavelmente prejudicando as comunidades anfitriãs. Tendo na memória a regularidade da distribuição alimentar no Sul da província ao longo do primeiro semestre de 2022, vários interlocutores em Mocimboa da Praia lamentavam a opção de regresso, alegando que "pelo menos lá, tínhamos comida". Muitas pessoas apresentavam-se claramente fragilizadas e desmotivadas.

A ausência de distribuição alimentar em Mocimboa da Praia aumenta a insatisfação popular, agravada pelos sucessivos censos e inquéritos realizados por ONGs, sem que se materializem em ajudas concretas. A corda tende a rebentar para o lado do Estado, geralmente na figura de secretários de bairro, alvos de acusações de desvios de apoios. Nos momentos de maior exaltação popular, os secretários de bairro optam por pernoitar longe da respectiva residência, por motivo de insegurança. Em fase de preparação de eleições, os quadros do município apresentam-se impotentes e particularmente preocupados com a situação, realizando promessas e procurando atrair apoios externos, que capitalizam politicamente.

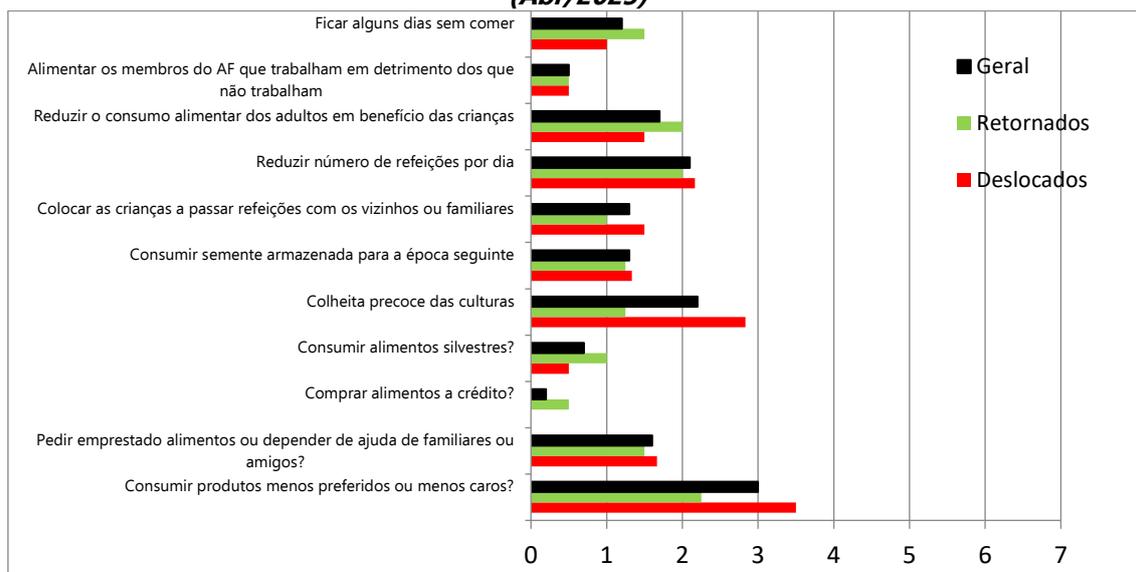
Analisando os resultados dos questionários, constata-se que mais de um quarto dos inquiridos revelou situações de fome contínua ao longo dos últimos 12 meses, atingindo esse fenómeno maior intensidade no primeiro trimestre do ano, período em que afectou cerca de metade dos inquiridos (48,73%). De acordo com os dados dos questionários, a insegurança alimentar atingiu maior incidência na população deslocada no Sul da província, em virtude da conjugação de dois factores críticos: a dificuldade de acesso a terrenos agrícolas, conjugada com a maior irregularidade da ajuda alimentar. No nordeste da província, o acesso ao mar e a maiores terrenos agrícolas atenuou a situação de insegurança alimentar (ver gráfico 2)

Gráfico 2:
Meses do ano em que os agregados familiares declararam ter passado fome, distinguindo cidadãos deslocados no Sul e regressados ao Norte (Maio de 2022 a Abril de 2023)



Constituindo os meses das colheitas da primeira época agrícola, os meses de Abril e Maio representam uma época do ano de maior abundância de alimentos, pelo que o período de aplicação do questionário não foi de *stress* alimentar. Contudo, as dificuldades de acesso a terrenos e insumos agrícolas ou pesqueiros, forçou muitos indivíduos a procurar estratégias alternativas para assegurar o consumo alimentar.

Gráfico 3:
Número de dias em que, ao longo da última semana, não dispendo de dinheiro ou alimentos, os agregados tiveram que adoptar outras estratégias para os consumir (Abr/2023)



Como mostra o gráfico 3, "o consumo de alimentos menos preferidos ou menos caros" (3 dias por semana), a "colheita precoce das culturas" (2,2 vezes por semana) e a "redução do número de refeições" (2,1 vezes por semana) constituem as estratégias mais frequentes, revelando a existência de um reduzido leque de escolha alimentar.

Os dados revelam a existência de diferenças entre as populações. Os deslocados na zona Sul optam, sobretudo, pelo "consumo de produtos menos preferidos ou menos caros" (3,5 vezes por semana) ou pela "colheita precoce das culturas" (2,8 vezes). Ainda que adoptem as mesmas estratégias, mas com menor intensidade, a população regressada ao Norte do país sobressai a "redução do consumo alimentar dos adultos em benefício das crianças" (2 vezes por semana) ou o "consumo de alimentos silvestres" (1 vez por semana).

Muitos moradores recorrem a cogumelos, tubérculos (*mingõco*), trepadeiras (*vitoe*, *matili*, *makungû*), moluscos (*muata*), ratos e animais rastejantes (neste último caso entre makondes), entre outros alimentos silvestres.

Foto 3: Mingôco, comercializado nos mercados em Mocímboa da Praia



Foto: João Feijó

Foto 4: Muata, extraído na praia de Quirindi (posto administrativo de Quionga)



Foto: João Feijó

5. O "ESTADO PEDINTE" E A RECONSTRUÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS E DE SERVIÇOS PÚBLICOS

No Nordeste da província grande parte das infra-estruturas públicas estão destruídas e muitas repartições operam em contentores. As secretarias do posto administrativo e as residências do respectivo responsável continuam destruídas, saqueadas ou sem condições de conforto. Durante o mês de Abril, o Governo substituiu os chefes dos postos administrativos do distrito de Palma, sendo evidente alguma pressão para que os novos estejam presentes nas sedes do posto. Não obstante a predominância de grupos mwanis e makué, os novos nomeados pertencem a outros grupos etnolinguísticos. Se alguns dominam as línguas da costa, dialogando abertamente com as populações, outros necessitam de intérprete para comunicação com os locais. Em inícios de Maio, os chefes recém-nomeados continuavam a residir na vila sede distrital ou fora da província, dependentes de boleia de técnicos de organizações da sociedade civil. Secretários permanentes, chefes de posto administrativo ou de localidade, chefes de gabinete, directores de escola ou professores lamentam a destruição de residências, ausência de mobiliário e ausência de meios circulantes, solicitando apoios para reconstrução das respectivas residências, motorizada e *per diems* para deslocações, e reabilitação de negócios destruídos pela guerra. Como admitia um secretário permanente: "somos um Estado pedinte".

Não obstante o ultimato das autoridades para o regresso de funcionários públicos, no Norte da província constata-se uma relutância de regresso de professores. Muitos permaneceram na zona Sul, onde, entretanto, foram afectos a outros estabelecimentos de ensino, restabelecendo as suas vidas. A movimentação das pessoas reflecte-se na desorganização do sistema educativo e na sobrelotação dos estabelecimentos de ensino. No Sul da província, não obstante a partida de muitas famílias, as escolas próximas de centros de deslocados persistem turmas com bastantes alunos, sobretudo na primeira classe. Na escola primária de Ntele (posto administrativo de Mapupulo, distrito de Montepuez) existem turmas da 1ª classe com 150 estudantes, sendo que, em todas as escolas visitadas, o tamanho das turmas do primeiro ano é geralmente superior a 70 estudantes (ver quadro 3):

Quadro 3:
Número de estudantes por turma da primeira classe, por local analisado

Local	Distrito	Número de estudantes
Katapua	Chiúre	95 a 102
Chiúre Sede	Chiúre	75
Mapupulo	Montepuez	120 a 150
Mirate	Montepuez	90
Pemba Cidade	Pemba Cidade	70 a 85
Quionga	Palma	100
Monjane	Palma	70 a 93

Por outro lado, a introdução da Tabela Salarial Única (TSU) frustrou as expectativas de aumento salarial de muitos funcionários públicos, que apresentam abertamente a sua desmotivação. A atitude generalizada de desleixo, de incúria e de laxismo, traduz, não apenas, problemas de desorganização institucional e de liderança, mas também, uma forma de resistência passiva dos funcionários. No seio da administração pública vive-se um ambiente de greve silenciosa. Em vários pontos da província, os relatos das populações dão conta de elevadas taxas de absentismo dos professores (confirmada, em algumas escolas, pelos observadores), assim como elevados índices de desistência escolar.

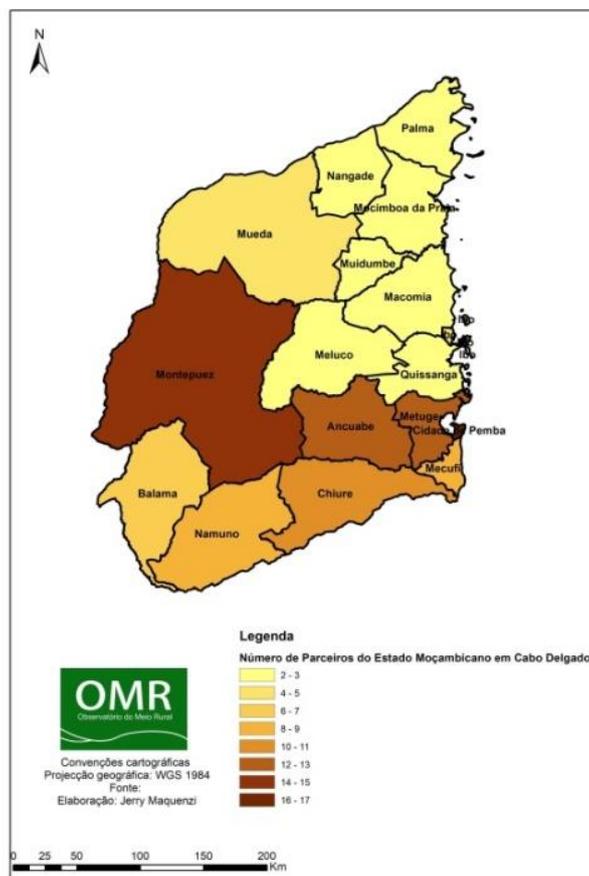
A instabilidade no distrito de Muidumbe conduz a uma instabilidade da população estudantil. Por vezes, os progenitores adiantam o regresso, deixando os descendentes nos locais mais seguros. As crianças, deslocam-se durante o ano lectivo, fazendo com que não estejam inscritas na escola. Esta indefinição da população estudantil dificulta o planeamento escolar.

Ao nível da saúde, não obstante o esforço de muitas organizações não-governamentais, mantém-se a precariedade dos serviços. Nos centros de deslocados no distrito de Chiúre, o acesso à saúde funciona através de brigadas móveis, de regularidade semanal, que atendem as pessoas e trazem medicamentos. Nos dias de chegada das brigadas a Maningane (Chiúre Sede) é possível encontrar várias dezenas de pacientes concentrados, sendo que só os mais graves são atendidos. Os restantes, têm de aguardar pela semana seguinte ou dirigir-se à vila-sede distrital. Grande parte da população percorre longas distâncias para chegar a uma unidade sanitária ou a uma farmácia. Proliferam queixas de falta de profissionais, de medicamentos (quase sempre resumidos a paracetamol ou quarterm) e de mau atendimento. Espera-se que a construção de um centro de saúde em Meculane alivie a situação. O mesmo cenário repete-se por toda a província.

6. OS APOIOS HUMANITÁRIOS: REPRODUÇÃO DE DESIGUALDADES SOCIO-ESPACIAIS?

A ajuda humanitária permanece fortemente concentrada no Sul da província. Como mostra o mapa 2, grande parte dos "parceiros do Governo de Moçambique" operam ao longo do eixo Pemba-Montepuez, incluindo Ancuabe, Metuge e Chiúre. Esta área geográfica concentra mais de metade (54,5%) das acções dos parceiros do governo. Nos distritos de Chiúre e de Montepuez, várias unidades hoteleiras apresentam-se lotadas com técnicos de organizações humanitárias. As suas actividades dinamizam o negócio de *rent a car*, atraindo operadores comerciais de Nampula e de Niassa para a província de Cabo Delgado.

Mapa 2: Número de organizações não-governamentais em Cabo Delgado, por distrito (Abril, 2023)



Fonte: Conselho dos Serviços Provinciais de Representação do Estado, Abril 2023

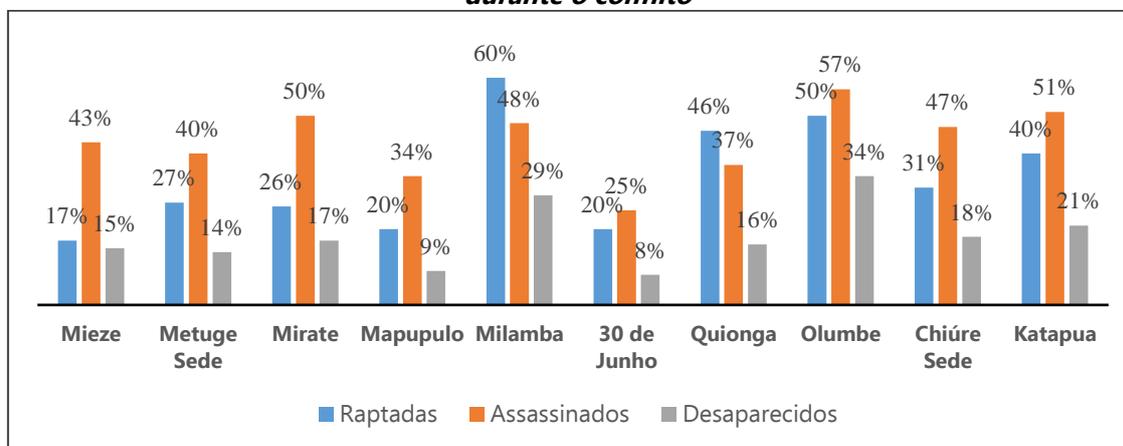
A maior abertura do Governo de Moçambique para emissão de credenciais para deslocação de técnicos da indústria humanitária para o Norte da província coincide com maiores dificuldades orçamentais das organizações das Nações Unidas. A instabilidade ao longo da estrada N380 (sobretudo no posto administrativo de Chai) faz com que o transporte aéreo constitua a alternativa preferida dos agentes de organizações internacionais. As políticas de segurança de organizações não-governamentais levam-nas a preferir actuar no Sul da província, contribuindo para a assimetria de distribuição de recursos ilustrada no mapa 2.

Na zona Norte, a TotalEnergies continua o principal parceiro humanitário, que preenche, não só, o vazio do Estado, mas também, a ausência de organizações não-governamentais. Através do *Pamoja Tunaweza*, a TotalEnergies realizou uma parceria com diversas organizações, maioritariamente de fora da região, que contribuem para a assistência humanitária e económica, estabilizando a região e melhorando a imagem da organização na região. Os Médicos Sem Fronteiras destacam-se das restantes organizações pela capacidade de contratação de funcionários locais, pela importância que conferem à aceitação comunitária e por estarem, geralmente, entre os primeiros a penetrar nas zonas de risco, onde mais nenhuma organização se desloca.

7. A RECONSTITUIÇÃO DO TECIDO SOCIAL E EXERCÍCIO DA CIDADANIA

A guerra afectou profundamente o tecido social, sendo responsável pela separação ou desestruturação de muitas famílias. Os traumas psicológicos são evidentes. Muitos entrevistados ficam visivelmente comovidos quando falam de familiares. Crianças entram em pânico perante estrondos e arrebentamentos e vários interlocutores relatam problemas de insónias. Quase metade dos inquiridos (43%) revelou que tiveram familiares "assassinados" durante o conflito. Cerca de um terço (34%) dos inquiridos revelou a existência de pelo menos um familiar "raptado", sendo que 18% revelaram a existência de familiares "desaparecidos". A percentagem de raptos foi particularmente evidente no bairro Milamba, em Mocímboa da Praia, e na aldeia de Monjante (posto administrativo de Olumbi, distrito de Palma), afectando, respectivamente, 60% e 50% das famílias inquiridas (ver gráfico 4). A existência de membros "assassinados" e "desaparecidos" foi mais evidente em Monjane, precisamente nas imediações de Afungi, afectando 57% e 34% dos inquiridos, respectivamente. De acordo com os relatos, muitos indivíduos faleceram nas matas, durante os períodos de fuga desorganizada, vítimas de assassinato, doença ou exaustão. Outros morreram afogados quando escapavam por via marítima. Vários aldeões alegam que um número incontável de indivíduos terá perecido pela vastidão do território, referindo que "as matas estão cheias de cemitérios". Os inquiridos atribuem a responsabilidade, não só, aos rebeldes mas, igualmente, ao excesso de zelo das Forças de Defesa e Segurança, sobretudo nos meses que se seguiram ao ataque a Palma. Os baixos salários dos militares, o não-domínio das línguas locais e as dificuldades de comunicação com as populações, criaram um cenário propício ao abuso. Muitos aldeões denunciaram episódios de invasão de propriedades, pilhagens, ameaças ou extorsão de valores monetários sob acusação de terrorismo, ou desaparecimento de indivíduos nas mãos de militares. Não obstante uma diminuição da pressão sobre a população, por comparação aos anos de 2020 e de 2021, persiste um ambiente de desconfiança. Em inícios de Junho de 2023, três moradores de Mocímboa da Praia foram assassinados por agentes da Unidade de Intervenção Rápida (Yussuf, 12.06.2023). O Governador da Província foi solicitado de emergência para serenar a tensão. O facto de vir acompanhado por agentes das Forças de Defesa e Segurança provocou grande descontentamento popular. Testemunhas oculares reportam que muitos participantes se retiraram do evento, com palavras de insatisfação.

Quadro 4:
Percentagem de inquiridos que tem um familiar raptado, assassinado ou desaparecido durante o conflito



As organizações da sociedade civil local, que poderiam realizar um papel importante ao nível da defesa de interesses de produtores, encarregados de educação, direitos humanos, de monitoria do orçamento, entre outros, estão altamente fragilizadas. Muitos membros permanecem dispersos pela província e descapitalizados, e as sedes das organizações estão destruídas. Os mecanismos de apoio à sociedade civil têm estado mais concentrados na prestação de serviços à população e empresários locais, em vez de reforçarem a capacidade institucional de organizações locais. O isolamento do Nordeste da província e a reduzida cobertura noticiosa retira visibilidade ao trabalho das ONGs. Os traumas da guerra, a ausência de instituições de justiça e os obstáculos de reedificação de um Estado de Direito aumentam o receio de exploração de assuntos politicamente sensíveis, relacionados com direitos humanos.

Na cidade de Pemba, consolida-se uma distinção entre organizações humanitárias. Sedeadas em vivendas no bairro nobre de Maringanha, sobressaem organizações internacionais (como a OCHA, WFP, IOM, UNOPS, ACNUR), com orçamentos financiados pelas Nações Unidas e capacidade de recrutamento de técnicos estrangeiros. Sedeadas no bairro cimento, ou em redor, as organizações locais enfrentam uma reduzida capacidade institucional e dificuldades orçamentais.

A reduzida relação com organizações locais explica-se por diferentes factores. Em primeiro lugar, pela reduzida capacidade de as organizações locais se encaixarem na estrutura das Nações Unidas, nomeadamente, compreensão de regras humanitárias, de organização de recursos humanos, concepção de propostas para captação de fundos ou desenvolvimento de sistemas de *procurement* com padrões internacionalmente reconhecidos. O Fórum das Organizações da Sociedade Civil de Cabo Delgado (FOCADE) apresenta-se excluído deste processo, aguardando, passivamente, por oportunidades. Em segundo lugar, a situação de urgência concentrou, durante muitos anos, os parceiros internacionais na assistência à população, não conferindo a atenção necessária à transferência de conhecimentos e competências para as organizações locais. Acrescem problemas de condicionalismo político dentro das organizações locais, que colocam em causa a respectiva independência e imparcialidade. Vários membros proeminentes de organizações não-governamentais são funcionários públicos ou membros do partido no poder, facilmente condicionados ou pressionados pelo governo. O governo não se coíbe de pressionar os próprios quadros de organizações humanitárias, particularmente durante a distribuição alimentar. Nos anos anteriores, o PMA enfrentou obstáculos na realização das suas listas de beneficiários, a partir da sua observação e contacto com a população. As listas, preparadas pelas estruturas locais, eram disponibilizadas pelos Serviços Distritais de Planeamento e Infra-estruturas, havendo inúmeras de suspeitas de manipulação.

Ao fim de cinco anos de emergência humanitária, inicia-se uma tímida parceria entre instituições internacionais com algumas organizações locais. Contudo, as parcerias estruturam-se de forma desigual. Os quadros das organizações locais deslocam-se ao terreno sem as mesmas condições de segurança, frequentemente enfrentando populações agitadas e colocando em risco a respectiva integridade física. Entre as organizações locais, consolida-se um discurso de subaproveitamento dos recursos humanos da província por parte das organizações humanitárias internacionais, e de desigualdade em relação às organizações do Sul do país, vulgo de Maputo.

No Norte da província, assiste-se a uma intensificação de reuniões comunitárias sobre temas de vigilância, limpeza e apelo à produção. A expectativa de obtenção de apoios concretos constitui a principal motivação de adesão da população, que tende a desmobilizar-se quando se apercebe que o encontro não terá benefícios directos. Alguns participantes apresentam as suas opiniões, de forma frequentemente contestatária, mas, a maioria da população adopta uma atitude passiva.

Os elevados níveis de iliteracia dificultam a compreensão dos assuntos apresentados, tornando os encontros meramente espaços de apresentação de comunicados, de forma *top-down*.

Com o início do período de recenseamento eleitoral, verifica-se a introdução de temáticas político-partidárias. Em Montepuez, a chegada de técnicos governamentais ao centro de reassentamento de Mapupulo, sensibilizando para o recenseamento eleitoral, gerou atitudes de resistência. Vídeos a circular pelas redes sociais dão conta de jovens makondes cantando em protesto, na língua materna "*vivemos na mentira. Nas nossas machambas há conflitos e vocês ficam sentados*". No posto administrativo de Ocuca, em território profundamente rural, observou-se um posto de recenseamento eleitoral e veículos com autocolantes do STAE, a dezenas de quilómetros do município mais próximo (Chiúre). É expectável que a guerra venha a ser fortemente politizada durante as eleições, especialmente em Mocímboa da Praia, agravando as tensões sociais. À semelhança das eleições de 2019, os partidos em confronto tenderão a responsabilizar o adversário pelo conflito armado e destruição provocada.

REFLEXÕES FINAIS

O regresso massivo da população ao Nordeste de Cabo Delgado acontece num cenário de ausência generalizada do Estado, expressa na precariedade dos serviços públicos e na impotência dos funcionários. Profundamente desmotivados pelos baixos salários e condições de trabalho, os servidores públicos são também vítimas do conflito armado, dispendo de um orçamento exíguo para as enormes necessidades.

Geograficamente, o vazio do Estado foi preenchido por diferentes grupos de actores. Na zona Norte da província, a TotalEnergies contornou os obstáculos burocráticos e de segurança impostos às organizações humanitárias, contratando um conjunto de organizações privadas e não-governamentais, que assistem pequenos camponeses, pescadores e criadores de gado. Gerando empregos e adquirindo a produção local, a TotalEnergies foi capaz de criar uma economia circular em torno de Afungi, com consequências visíveis na integração socioeconómica do território. Na zona Sul da província, o vazio do Estado foi preenchido por inúmeras organizações não-governamentais, fortemente concentradas no eixo Pemba-Montepuez-Balama. Este conjunto de organizações internacionais exerceu efeitos paliativos sobre as populações deslocadas, estabilizando um corredor de extracção de pedras preciosas e de grafite para os mercados mundiais.

Entre os dois territórios, persiste um anel de insegurança, em torno do qual circulam grupos rebeldes. Apesar de menos numerosos, ensaiam novas táticas de relacionamento com a população (rezando em conjunto e distribuindo valores monetários), continuando a ameaçar a circulação Norte-Sul e afectando a economia da província.

Evitando o confronto directo com os ruandeses, que obtiveram a confiança e colaboração da população e se mostraram militarmente eficazes, os rebeldes permanecem nas matas de Macomia, Muidumbe e Nangade. Nestes territórios exploram as fragilidades das forças de defesa e segurança moçambicanas ou das tropas do SAMIM, conhecidas por não dominarem as línguas locais e pela lenta resposta na perseguição dos insurgentes. Os baixos salários e atrasos nos pagamentos a soldados, aliados aos baixos níveis de disciplina e de organização, aumentam os riscos de abuso de populações, reduzindo a respectiva colaboração, em benefício dos insurgentes.

O Estado moçambicano enfrenta, assim, a enorme dificuldade de constituição de instituições públicas fortes, a começar pelas próprias forças de defesa e segurança. Uma das estratégias adoptadas tem sido o reforço de milícias locais, maioritariamente compostas por makondes. Trata-se de uma resposta funcional pela motivação dos respectivos membros para a defesa do seu próprio território, pela anterior experiência militar, pelo conhecimento das matas, das línguas e das pessoas locais, que lhes garantem a confiança e colaboração da população. Trata-se de uma opção mais económica para o Estado, não implicando encargos em logística, salários e indemnizações, rentabilizando os custos em subsídios de antigo combatente. Finalmente, a atribuição de poder militar a um grupo historicamente leal ao partido no poder, como qual se estabelecem relações clientelistas, garante o controlo governamental sobre as milícias.

Contudo, a conferência de poder militar a um grupo maconde, cristão e leal ao partido Frelimo, alimenta tensões entre grupos rivais, particularmente na costa, historicamente antagonizados com o governo central. Se a constituição de milícias constituiu uma resposta rápida e funcional, ela é incapaz de resolver problemas estruturais e de longo curso, relacionados com o difícil desafio de construção de um Estado-Nação, ou com a incapacidade do Estado em garantir a segurança de investimentos económicos e das populações.

A maior facilidade de acesso de jornalistas e investigadores ao Nordeste da província permitiu a recolha de relatos, sobretudo sobre os eventos tenebrosos dos anos de 2020 e de 2021. As populações falam abertamente sobre a violência de jovens insurgentes, mas também do excesso de zelo e oportunismo de jovens militares do Estado. Resultante de uma investigação jornalística de dois meses, o jornalista Alex Perry indicou (em publicação) o número de 1.377 vítimas mortais, alegadamente durante o ataque a Palma de Março de 2021.

Em continuidade com a sua estratégia de comunicação, o Governo de Moçambique mantém-se em silêncio sobre estes números macabros, que representariam um dos maiores massacres em torno de um grande projecto extractivo. A mesma atitude é adoptada pela TotalEnergies, quer na versão do relatório de Jean-Christophe Rufin sobre a situação de direitos humanos em torno de Afungi, divulgado à imprensa, quer na não-reacção à investigação jornalística. Consciente da grande atenção mediática que merecerá qualquer comunicação oficial, a empresa adopta uma atitude lacónica perante qualquer assunto sensível. A sua estratégia comunicativa confunde-se com a governamental, alimentando desconfianças em torno da responsabilidade, directa ou moral, da empresa multinacional. À semelhança da guerra dos 16 anos, a violação de direitos humanos no conflito com os al-shabaabs constitui um dos maiores temas tabu por parte das autoridades.

Se é verdade que a melhoria da situação socioeconómica na região poderá apagar, de alguma forma, a memória de injustiça e violência, o reinício dos projectos económicos fará renascer novos e velhos fantasmas do passado. Não se vislumbram quaisquer reformas significativas em termos de melhoria de serviços públicos, de protecção da juventude local face à concorrência no mercado de trabalho, de reconhecimento dos grupos etnolinguísticos da costa, de abertura dos canais de participação e de acesso à justiça, ou de reforço do Estado de Direito. A inevitável chegada de quadros internacionais aumentará a diferenciação social e a inflação de bens e serviços essenciais, com consequências sobre os mais pobres. A história recente da região permite concluir que estarão reunidas as condições para a eclosão de paralisações laborais, pequenos roubos e motins, aumentando a capacidade de sedução de diversas franjas sociais para condutas violentas, sob uma ideologia laica ou religiosa. A existência de tropas ruandesas a proteger as áreas economicamente estratégicas (de produção de gás e de grafite), torna o capital internacional

confortável com um conflito de baixa intensidade, diminuindo a respectiva pressão para realização de reformas profundas, incluindo a construção de espaços de diálogo para a construção da paz.

Neste cenário, consideram-se relevantes as seguintes sugestões:

- Realização de um reconhecimento simbólico das vítimas do conflito, através da construção de memoriais, realização de investigações independentes, assistência psicológica e compensação dos familiares das vítimas;
- Capacitação de organizações da sociedade civil locais, fortalecendo-as em matérias de apoio humanitário, governação, monitoria do orçamento de Estado, eleições, temáticas de violações de direitos humanos e de resolução de conflitos;
- Prioridade às organizações locais na constituição de parcerias com as organizações das Nações Unidas ou com a TotalEnergies.
- Apoio ao Estado moçambicano em matéria de prestação de serviços aos cidadãos, particularmente ao nível da saúde, educação e extensão rural
- Apoio das agências de desenvolvimento à formação e contratação de professores, com base em critérios meritocratas, investindo na inspeção escolar e em prémios de desempenho.
- Forte investimento no planeamento familiar, através de incentivos à retenção das jovens estudantes nas escolas, incluindo através da atribuição de lanche escolar.
- Reforço do processo de coordenação da ajuda humanitária e para o desenvolvimento, garantindo um maior equilíbrio socio-territorial.
- Descentralização administrativa do território e reforço do Estado de Direito, através do reforço da Procuradoria-Geral, dos tribunais, da Comissão Nacional de Direitos Humanos, assim como da despartidarização do Estado.

BIBLIOGRAFIA

CARTA (08.05.2023) "Terroristas revistam transporte semi-colectivo de passageiros com destino a Quiterajo com objectivo de identificar militares" in Carta de Moçambique, disponível em <https://cartamz.com/index.php/politica/item/13922-terroristas-revistam-transporte-semi-colectivo-de-passageiros-com-destino-a-quiterajo-com-objectivo-de-identificar-militares>, acesso a 09.06.2023

CONSELHO DOS SERVIÇOS PROVINCIAIS DE REPRESENTAÇÃO DO ESTADO (Abril 2023), *Ponte de situação da implementação do Plano de Reconstrução de Cabo Delgado*. Pemba: Governo de Moçambique

FEIJÓ, João, MAQUENZI, Jerry e BALANE, Neuza (2022) "voltamos ou ficamos? Pobreza, tensões sociais e perspectivas de regresso das populações deslocadas" in Destaque Rural, 171, pp. 1-12, disponível em <https://omrmz.org/wp-content/uploads/2022/07/DR-171-Voltamos-ou-ficamos-Pobreza-tensoes-sociais-e-perspectivas-de-regresso-das-populacoes-deslocadas-PORT-ENG.pdf>, acesso a 16.05.2023.

IOM (11.04.2023) *DISPLACEMENTTRACKING MATRIX – Mozambique*, disponível em <https://dtm.iom.int/reports/mozambique-emergency-tracking-tool-report-208-05-11-april-2023?close=true>, consultado a 12.06.2023

REDACÇÃO (10.04.2023) "Autoridades ruandesas sim. Moçambicanas não..." in *Mediafax*, 7804, pp. 1-4.

WFP (03.2023) WFP Mozambique Country Brief, disponível em https://docs.wfp.org/api/documents/WFP-0000148473/download/?_ga=2.72962899.1179943586.1684240046-225118602.1684240046, acesso a 16.05.2023.

YUSSUF, Mussa "Agentes da UIR acusados de matar três civis em Mocímboa da Praia" in Integrity Magazine, disponível em <https://integritymagazine.co.mz/arquivos/12656?amp=1>, acesso a 13.06.2023